

LÍNGUAS MINORITÁRIAS ENTRE O SIMBÓLICO E O POLÍTICO: O CASO DO CRIOULO NAS ANTILHAS FRANCESAS

Véronique Dahlet*

RESUMO: *Línguas minoritárias e língua dominante veicular quase sempre coexistem de maneira problemática, senão abertamente conflitual. Baseando-nos no caso das Antilhas, gostaríamos de mostrar como uma intervenção política – a institucionalização do crioulo através de seu ensino – poderia contribuir à reincorporação do eu no sujeito francófono-crioulófono. A clara consciência desta cisão do eu em determinados intelectuais, escritores e professores universitários antilhanos, levou à criação do conceito de criouldade, verdadeira carta universal dos direitos das comunidades à identidade lingüística e cultural, concebida, porém, dentro da impregnação do Outro e da abertura ao Diverso. Perguntamos, em seguida, se, no contexto da globalização, a política lingüística francesa – mas também européia, não se orienta na direção trilhada pelo conceito de criouldade, e em que medida isto não favoreceria, de maneira reflexiva, a aceitação da institucionalização do crioulo.*

Palavras-chave: *diglossia, simbólico, política, criouldade, crioulo.*

As línguas não servem apenas para comunicar. Elas são ainda a expressão mais elevada de nossa subjetividade e o espaço por excelência onde se elabora nossa identidade individual e coletiva. Somos menos usuários de uma

(*) Professora do Departamento de Letras Modernas, FFLCH-USP.

língua do que habitados por ela. Entretanto, as línguas são também formatadas pelas vontades ou pelos conflitos políticos, econômicos e culturais.

A situação de diglossia nas Antilhas francesas poderia talvez, num futuro próximo, modificar os equilíbrios vigentes. Com efeito, a Universidade das Antilhas e da Guiana pretende solicitar ao Ministério de Educação Nacional francês a criação de um novo concurso, o concurso da língua crioula, que ocuparia então seu lugar ao lado dos concursos nacionais já existentes para as disciplinas estabelecidas (Letras Modernas ou Clássicas, Matemática, etc.). Na hipótese de o Ministério se pronunciar favoravelmente à implantação do concurso da língua crioula, a Faculdade de Letras e Ciências Humanas, sediada na Martinica, abriria um curso preparatório de um ano, após a licenciatura em Letras, destinado a formar futuros professores de crioulo. Através da institucionalização da língua crioula, os atores desse gesto político visam em primeiro lugar a uma territorialização da identidade crioula, mas concebida em sua abertura ao mundo: ao mesmo tempo desejo e desafio compreensíveis quando sabemos que dois desses atores universitários são também, junto com o escritor Patrick Chamoiseau, os co-autores do *Elogio da criouldade*. Mas a institucionalização de uma língua com forte tradição oral e fraca tradição escrita não deixa de criar problemas. Evocarei mais adiante algumas dessas dificuldades. Podemos nos perguntar se e em que medida essa possível nova configuração do quadro, ou seja, o fato de que pela primeira vez as duas línguas em contato, o francês e o crioulo, serão simultaneamente objeto de análise e de representação, irá modificar, com o decorrer do tempo, o corte simbólico do sujeito em situação diglósica. Evidentemente, é impossível responder a essas questões sem cair em meras conjecturas. Acredito, no entanto, que o conceito de criouldade, que integra mas ultrapassa amplamente essa questão, fornece ao debate sobre as minorias lingüísticas dois eixos fundamentais de reflexão e um esquema de aná-

lise dos mais pertinentes, debate que, no contexto da globalização, ganha sempre mais acuidade.

1. Nas Antilhas, o crioulo nasceu de uma situação histórica precisa e sobredeterminada: o sistema escravagista. De um lado, os senhores brancos de língua francesa; de outro, os negros, que aliás nem sequer se entendiam entre eles, porque deportados de diferentes regiões da África. A partir de então, bem ou mal coexistem nas Antilhas francesas as duas línguas: o francês e o crioulo¹. Estamos, portanto, em estado de diglossia, mas em paridade bastante desigual, pois o francês é aí a língua veicular, e como tal vigora no conjunto dos setores públicos – administrativo, comercial, educativo, cultural –, enquanto o crioulo, língua vernácula, é reservado aos intercâmbios privados². Numa tal distribuição lingüística, cultural e política, a situação de equilíbrio entre os dois pólos está logo de início bloqueada. O domínio esmagador de uma língua sobre a outra induz, como ocorre freqüentemente, a conflitos mais ou menos violentos que só resoluções políticas podem resolver.

Dentro dessa perspectiva, a introdução do ensino da língua crioula pode ser percebida como um gesto político positivo, uma vez que ela será institucionalizada. Mas para que uma língua se torne objeto de um ensino reconhecido em âmbito nacional, é preciso que ela seja na escrita uma língua constituída, fixada – e sabemos bem que a escrita constitui o “núcleo duro” de uma língua. Ora, não é o caso do crioulo, de forte tradição oral. Mencionarei aqui três pontos de resistência a sua institucionalização, e sobre os quais será preciso agir para que o ensino do crioulo seja implantado.

(1) Haiti e a Guiana Francesa conhecem situações lingüísticas diferentes. Por isso, me limitarei especificamente à Martinica e à Guadalupe.

(2) Para uma análise do mapa lingüístico das Antilhas francesas, cf. Bernabé (1983), “Le cadre anthropologique” p. 19-79.

a) O crioulo não está representado na imprensa de informação – plano sociopolítico – e muito pouco na literatura antilhana – plano sociocultural –³ Isso significa que o fundo escritural, já pouco considerável, não dá no momento nenhum sinal de desenvolvimento ou de renovação: daí decorre o perigo real de tornar-se uma língua escrita “de museu”

b) Se a língua foi o objeto de descrições científicas – há gramáticas de referência –, resta fazer ajustes, especialmente no que diz respeito à pontuação. Com efeito, a pontuação foi quase diretamente transferida do sistema francês, o que não pode evidentemente ser adequado, quando sabemos que a pontuação opera ao mesmo tempo sobre a sintaxe e sobre o ritmo e que ambos são radicalmente diferentes no francês e no crioulo. Assim, tratar-se-ia de estabelecer convenções que teriam naturalmente de levar em conta os componentes sintáticos, morfológicos, semânticos e rítmicos próprios do crioulo escrito.

c) O terceiro ponto diz respeito ao capital lexical. Sabemos que os conhecimentos científicos contemporâneos nascem e evoluem na escrita e através da escrita. Isso significa que nesse fim de século XX, por razões conjunturais, o capital lexical do crioulo acompanhou de modo bastante desigual os progressos ou descobertas e conseqüentemente não dispõe de muitos paradigmas lexicais suscetíveis de formulá-los e, *a fortiori*, de produzi-los⁴ Mais uma vez, aquilo que está em jogo na ótica do ensino é de importância considerável, na medida em que se trata de fornecer à língua crioula os meios de tornar-se língua conceitual.

2. As resistências lingüísticas, mas também didáticas, se elas merecem ser levadas a sério para não correr o risco de um fracasso a curto prazo, não podem, no entanto, justificar que se renuncie ao ensino do crioulo, ou seja, ao

(3) O caso de Raphaël Confiant se interpreta como um sintoma: seus seis primeiros romances foram publicados em crioulo, mas, por falta de leitores e, portanto, de reconhecimento na cena literária, ele escolheu / viu-se obrigado a escrever em francês.

(4) Para uma análise de “diglossia lexical” ver *L’Éloge de la muette* de J. Coursil (1996).

seu reconhecimento institucional (Cf. A. Lucrèce, 1981). Enumerarei rapidamente alguns pontos significativos:

a) a língua serve certamente para que nos comuniquemos, mas não podemos ignorar sua dimensão cognitiva e afetiva. Se nos restringirmos ao âmbito da escola, podemos nos perguntar se o ensino, nas Antilhas francesas, não estaria lá há quase um século fracassando na sua missão educativa. Com efeito, não haveria um dilaceramento difícil de ser vivido entre a língua vernácula, feita para seus pares comungarem e a língua veicular que é também a que é ensinada?

Na verdade, essa mesma questão se desdobra ao infinito, recorrência que demonstra, se necessário, “o direito à educação em sua própria língua”:

“Se a língua [no caso, o crioulo] penetra até no domínio do sonho, como excluí-la do campo da aprendizagem escolar?” (Y. Déjean, citado por A. Lucrèce, 1981, p. 223).

“O indivíduo se constitui sujeito na e pela língua [...]. O sujeito fala francês, mas sua identificação é crioula” (J. Coursil, 1996, p. 222).

O escritor P. Chamoiseau, em seu livro tão pertinentemente intitulado *Écrire en pays dominé*, expõe o dilema diglótico da escritura poética:

“Como escrever quando seu imaginário se embebe, de manhã até os sonhos, na fonte das imagens, dos pensamentos, de imagens, de pensamentos, de valores que não são os seus? Como escrever quando aquilo que você é vejeta fora dos impulsos que determinam sua vida?” (1997. p. 17).

Vemos que quaisquer que sejam as perspectivas através das quais a questão da diglossia é abordada, a análise chega invariavelmente à divisão que fundamenta o locutor

antilhano. Entretanto, no âmbito lingüístico, seria redutor pensar que o francês e o crioulo coexistem na simples contigüidade, ou seja, sem se impregnarem um do outro. Assistimos hoje em dia, tanto à criouliização do francês quanto ao afrancesamento do crioulo: “a competência lingüística da maioria dos que têm o sentimento de falar francês *vs* crioulo [ou crioulo *vs* francês] é uma competência amplamente interlectal” (Bernabé, 1982, p. 26). O fato de “a intertextualidade se tornar uma condição essencial da enunciação antilhana” (*id.*, *ibid.*) poderia se reduzir a uma simples constatação lingüística. Parece-me essencial, entretanto, notar que as próprias condições que possibilitam esse observável exprimem claramente a visão interétnica e intercultural subjacente ao conceito de criouliidade.

3. O que hoje em dia está ameaçado no mundo “é não somente a legitimidade das culturas (a vivacidade dos povos), mas também a de sua relação de ‘equivalência’ ” Da constatação de E. Glissant (1990, p. 67) decorrem duas propostas:

a) a legitimidade das culturas, ou seja, o pleno gozo de sua expressão. O ensino da língua crioula representa a vertente predominante, no meu entender, da legitimidade da cultura crioula, tanto no âmbito institucional quanto simbólico (cf. *supra*). A simples proclamação do crioulo como língua institucional faz com que ele seja considerado legítimo. O mesmo não acontece com o simbólico, ao qual a palavra *legitimação*, ou seja, a entrada no processo de legitimidade, conviria melhor, pois resta ainda aos locutores-sujeitos crioulos aderirem a si mesmos, pensarem-se a partir de um centro-eu e não mais de um centro longínquo exterior – a França hexagonal – que funda todos os *schizos*. Mas passar de uma identidade por procuração a uma identidade autêntica, incorporada, pede em primeiro lugar aceitar a si próprio, desfazer-se da autodifamação, durante mui-

to tempo dominante na representação que a maioria dos Antilhanos tinha e ainda tem muito freqüentemente de si mesmos. Processo lento e difícil, quando estamos apoiados em três séculos de escravagismo, seguidos de dominação. “O afrancesamento nos forçou à autodifamação, destino comum dos colonizados” dizem os autores de *L'éloge de la créolité* (p. 24). Podemos esperar que a legitimidade institucional do crioulo impulsione sua legitimação simbólica.

b) a relação de equivalência das culturas

O espírito da criouldade não se parece em nada com uma reivindicação de identidade regional que se alimentaria da rejeição maciça e rancorosa do outro, da diferença, muito pelo contrário. Partindo da constatação de que a história e a antropologia das Caraíbas são feitas do “agregado internacional ou transacional dos elementos culturais caribenhos, europeus, africanos, asiáticos e levantinos” (*Eloge de la créolité*, p. 26), a criouldade pensa sua própria raiz no modo da *Relação* (Glissant). O conceito de criouldade não é de ordem geográfica, mas da ordem da antropologia lingüística, definindo as configurações políticas e econômicas cujo ponto de partida é radicalmente bilíngüe, se não multilíngüe. Constitutivamente, trata-se, pois, para todo locutor, de falar a sua língua ou suas línguas não só para constituir sua identidade, mas para dizer sua relação com o mundo (*Poética*, Glissant, p. 122), no reconhecimento e no respeito do outro, que não é eu, mas que entretanto me determina ao mesmo tempo em que eu o determino.

O que nesse contexto me parece digno de ser ressaltado é o conceito de francofonia que há cerca de 10 anos trilha o mesmo caminho. Não há dúvida de que a gênese histórica da criouldade e da francofonia não são comparáveis. A emergência da francofonia não é um conceito e uma política lingüística nascidos isoladamente: eles se situam efetivamente num contexto mais amplo, atualmente na ordem do dia e que é o plurilingüismo. O plurilingüismo é um

vetor de ação, é uma urgência política, cultural e direi mesmo democrática⁵ Não se trata simplesmente de lutar, no tabuleiro dos mercados das línguas, contra o inglês, língua dominante de comunicação internacional; trata-se essencialmente de lutar pela pluralidade lingüística e cultural, cada dia não apenas ameaçada mas realmente em recesso diante “do risco maior da uniformização induzida pelo desenvolvimento das tecnologias que favorecem a globalização das trocas e da comunicação” (A. Juppé, 1996, p.73).

Se mencionei esse contexto de estratégia do plurilingüismo (que apaga o bilingüismo cuja permanência favoreceria inevitavelmente a hegemonia americana), é porque me parece que ela influenciou no bom sentido a política francesa no próprio seio de suas minorias lingüísticas, sob o duplo efeito dos riscos trazidos pela globalização, de um lado, e de outro, pela construção da Comunidade Européia que exigiu uma abertura para as outras línguas européias. Essas duas realidades – globalização e CE (Comunidade Européia) modificaram profundamente a representação que as elites francesas – financeira, política, diplomática e cultural – tinham da própria língua.

A defesa das línguas, diz E. Glissant, garantia do *Diverso*, é inseparável do reequilíbrio das relações entre as comunidades. O ensino do crioulo nas escolas das Antilhas francesas constituirá, se for ratificado, um sinal dessa reequilibração.

Tradução: Maria Sabina Kundman

(5) Neste contexto, o IX Congresso Mundial da Federação Internacional dos Professores de Francês (Tokio, agosto de 1996), cujo tema foi, de maneira significativa, “Tracer l’avenir, cultiver la différence”, engajou-se no “pluralisme culturel et linguistique face au défi de l’uniformisation, à l’émergence des grands ensembles continentaux, aux revendications identitaires et à la montée des nationalismes”

BIBLIOGRAFIA

- BERNABÉ, J.; CHAMOISEAU, P.; CONFIANT, R. *Éloge de la créolité*. Paris, Gallimard, 1989.
- BERNABÉ, J. Espace sociolinguistique et espace sociolittéraire antillais. In: *L'écrit et l'oral. Littératures et contacts de culture*. Paris, L'Harmattan, vol.1, 1982.
- _____. *Fondal-natal. Grammaire basilectale approchée des créoles guadeloupéen et martiniquais*. Paris, L'Harmattan, 3 vol., 1983.
- CHAMOISEAU, P. *Écrire en pays dominé*. Paris, Gallimard, 1997
- COURSIL, J. L'éloge de la muette. In: *La commotion des langues*. Paris, Césure, Revue de la Convention psychanalytique, décembre, 1996.
- GLISSANT, E. *Poétique de la Relation*. Paris, Gallimard, 1990.
- JUPPÉ, A. Pour la défense d'un monde pluriel. *Le Monde de l'Education*, n° 239, 1996.
- LUCRÈCE, A. *Civilisés et énergumènes. De l'enseignement aux Antilles*. Paris, L'Harmattan, 1981.

ABSTRACT: *Minority languages and the dominant vehicular language coexist almost always in a problematic, if not in an openly conflicting way. Basing our investigation on the case of the French Antilles, we would like to demonstrate how political intervention – institutionalizing Creole by teaching it – could contribute to the reincorporation of the I, of the French-speaking – Creole-speaking subject. The clear consciousness of this splitting of the I experienced by certain Antillean intellectuals, writers and university professors, led to the creation of the concept of creolity, a real universal chart of the communities' rights to enjoy their linguistic and cultural identity, conceived, however, within the permeation of the Other and the openness towards the Diverse. Furthermore we wonder whether, in the context of globalization, the French linguistic politics, but the European just as well, does*

- 130 *DAHLET, Véronique*. Línguas minoritárias entre o simbólico e o político: o caso do crioulo nas Antilhas Francesas

not head for the way beaten by the concept of creolity and how far this would not, in return, foster the acceptance of Creole's institutionalization.

Keywords: *diglossia, symbolic, politics, creolity, Creole.*